

A Guerra dos Farrapos e a construção das identidades brasileiras

José Iran Ribeiro¹

Resumo: Durante o decênio da Guerra dos Farrapos, milhares de militares foram deslocados para formar o Exército Imperial em luta contra os republicanos rio-grandenses. Eram paulistas, baianos, pernambucanos, entre os muitos que vieram lutar ao lado dos sulinos fiéis ao trono. O agrupamento de tantos “Brasis” num determinado espaço contribuiu para ampliar as noções de brasilidade daquelas gentes, como lhes permitiu uma melhor definição das suas próprias identidades.

Palavras-chave: Guerra dos Farrapos – identidades – brasilidade

Abstract: During the Farrapos war decennium thousands of soldiers were transferred to form the Imperial Army, fighting against the rio-grandenses republicans. They were paulistas, baianos, pernambucanos, among many who came to fight on the southerner’s side, loyal to the throne. The gathering of so many “Brazils” at a certain place contributed to enhance those people’s notion of the Brazilian e essential nature (“brasilidade”), as it allowed them a better definition of their own identity.

Keywords: Farrapos War – Identity’s – brasility

Até o século XVIII, os indivíduos tendiam a se identificar com seus lugares de nascimento ou de fixação permanente e os chamavam pátria ou nação. Depois desse período, pátria e nação passaram a também significar, diferentemente, leis, símbolos nacionais, território, etc, enfim os Estados nacionais. Então, formalmente, manter-se vinculado apenas aos lugares onde estavam as referências mais próximas, as pátrias *chicas* dos espanhóis (HESPANHA, 2003) ou aos países, como usavam os brasileiros do XIX, tornou-se passível de crítica. Mas as mudanças não ocorrem tão rapidamente, resultando que um e outro entendimento continuaram a vigorar, embora as instituições governamentais passassem a se pautar pelo ideal da nacionalidade. No Brasil, esse processo de identificação com a idéia de nação e pátria, num sentido mais amplo, se fortaleceu pelos movimentos de independência colonial, quando tornar-se brasileiro era opor-se aos lusos (RIBEIRO, 2002). Porém, tudo indica que esta consciência desenvolveu-se mais nos espaços urbanos, graças ao afluxo de gentes, do que nos interiores. Não que isso fosse consciência nacional, pois, a diversidade interna e a sensação de insegurança da elite dificultaram a construção disto (DIAS, 2005). Sobre a diversidade, pode-se dizer que, para muitos, se reconhecer brasileiro não era se identificar com os moradores de outras regiões. Existindo, assim, vários Brasis, sem que

¹ Doutorando UFRJ. Bolsista CAPES.

houvesse necessariamente um sentimento de identidade comum. A tranquilidade só aumentaria depois dos meados do XIX.

Empiricamente, é difícil se evidenciar como e se os indivíduos, em geral, se reconheciam. Todos são portadores de cultura, mas isto não significa a definição de uma identidade, já que a cultura se adquire de forma quase inconsciente, enquanto a identidade é uma atitude consciente de vincular-se a algo (CUCHE, 1999). Por exemplo, sem ser necessário, alguém nascido no interior da Bahia poderia não ter claro ou não se preocupar em definir-se baiano ou pernambucano, da mesma forma que o morador das margens do rio Pelotas se auto-reconhecer catarinense ou rio-grandense. Mas a identificação também pode ocorrer quando alguém que tem poder para isto o faz, como os comandantes do Exército, que caracterizavam e agrupavam todos conforme as semelhanças que estabeleciam. Ainda assim, não temos como saber quanto os categorizados assentiam com estas identificações, talvez, arbitrárias.

A tarefa dos oficiais não era fácil. Ao mesmo tempo, tinham de auxiliar na formação de uma coletividade brasileira no Exército Imperial e considerar a diversidade nacional por serem obrigados a designar as heterogeneidades, que dificultavam a construção da unidade. Na prática, isso significava um esforço no sentido de construir uma identidade comum aos efetivos, por exemplo, mobilizando e formando unidades com homens de várias províncias, além de contornar as diferenças que se manifestassem. Se necessário, dificilmente distinguiam uns de outros conforme as origens provinciais, mesmo porque era difícil apontar um carioca entre capixabas. Em regra, assinalavam genericamente os do “norte” e os do “sul”.

Os critérios desta distinção são pouco claros. Pode-se imaginar que a tonalidade de pele auxiliasse, mas se na época era difícil classificar a cor de alguém (SANTOS, 2005), muito menos hoje a partir de uma documentação, como a militar, que dificilmente menciona este dado. Infere-se que a maior parte das praças era parda ou negra porque o serviço militar comumente não atraía a população e, por isso, os menos privilegiados tendiam a ser obrigados a sentar praça, inclusive na região sul, onde o número de não brancos era menor. Portanto, a pele mais escura não servia para identificar a origem de alguém, mesmo no XIX. Além disso, a questão de cor remete a localização de um indivíduo na hierarquia social que não se alterava em todo o Império. Grosso modo, ser um pardo livre significa a mesma condição em todo Brasil. Da mesma forma, pode-se deduzir que os guardas nacionais tendiam a ter a pele mais clara em função do mínimo de renda exigido para a qualificação. Portanto, pode-se concluir que a cor de pele não era um diferencial. As características culturais devem ter sido mais significativas para a auto-identificação e para os identificadores.

A guerra contra os republicanos rio-grandenses foi uma grande oportunidade para que brasileiros de todas as regiões se examinassem e pudessem, eles mesmos, mensurarem suas diferenças e semelhanças. Mas o fato da guerra ter ocorrido num cenário específico, dificulta em parte a análise disto. Devido às especificidades do sul, é mais fácil encontrarmos menções sobre as dificuldades ali dos que proviam de outras províncias do que, por exemplo, comparações entre goianos e cearenses. Esta limitação faz parecer que a análise centra-se apenas no Rio Grande do Sul. Parte disto é verdade, mas ocorre porque dependemos dos registros existentes e os signatários da documentação usavam as peculiaridades dos rio-grandenses de parâmetro para comentar as condições das forças, porque as singularidades meridionais destacavam as diferenças dentro da enormidade e diversidade do Brasil.

As inúmeras falas regionais eram evidências da diversidade cultural reunida no Exército e servia de elemento definidor das origens e das classificações identitárias. Fora os conhecedores do vernáculo, ainda que abrasileirado, da fala lusitana, a imensa maioria dos militares aprendia a falar segundo as práticas populares das regiões que viviam. Assim, por exemplo, os naturais das províncias com muitos escravos, onde a transmissão do português era irregular, tinham um “falar crioulo” (LEITE & CALLOU, 2005) desconhecido em grande parte aos paulistas, que usavam a “língua geral” (ALENCASTRO, 1997), muito semelhante ao linguajar dos que vinham da atual região norte (VILLALTA, 1997). Na guerra contra os farrapos, estas e outras variações lingüísticas foram reunidas numa terra onde o espanholismo marcava o falar, tornando necessário certo tempo até que soldados de regiões distantes conseguissem manter um diálogo mais demorado. Era um momento em que ainda não havia sido definido o padrão lingüístico nacional, no que a imprensa contribuiria muito no futuro (ANDERSON, 1989). Mas, fora a elite, essa não devia ser uma preocupação generalizada e a variedade lingüística, por si só, não impedia a construção de alguma identificação comum (HOBSBAWN, 2004), como também não contribuía necessariamente.

Outra característica que acentuava as diferenças das províncias meridionais em relação ao restante do Brasil era o clima. Os verões eram tão quentes quanto, mas o frio e a umidade dos invernos significavam muitos sofrimentos aos não afeitos. Durante a guerra da Cisplatina, um mercenário registrou que “notadamente os brasileiros nortistas” estremeciam ao “mais leve ciciar de vento” (SEIDLER, 2003). Durante a farroupilha, também se registrou que o “rigoroso frio e [as] chuvas (...) aniquilam nossa infantaria, que com falta absoluta da farinha, e só reduzida a simples ração de carne, tem consideravelmente adoecido de disenteria, a que muitos têm sucumbido”.²

² Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹279, QG, 22/5/1841, comandante do Exército ao Ministro da Guerra (MG).

Note-se que este depoimento igualmente destaca que a alimentação também servia para diferir os indivíduos. Regra geral, os brasileiros subsistiam baseados num tripé alimentar formado de feijão, farinha e carne-seca, ainda que cada região tivesse suas peculiaridades (SILVA, 2005). No extremo sul, a abundância de gado fez com que a dieta se baseasse especialmente na carne verde³. Subsistir majoritariamente de carne não era algo fácil aos habituados a outros alimentos ou a uma maior variedade nutricional, resultando em freqüentes mal-estares dentre as tropas de fora da província⁴. Como também sugere a citação, os não acostumados ao clima e a alimentação normalmente faziam parte da infantaria. Infantes eram os que se locomoviam e lutavam a pé, diferentemente da artilharia, que podia ser montada ou usar carretas, e da cavalaria, que usava cavalos para suas ações.

O Exército brasileiro, até pelo menos o final do XIX, não era uma força profissional. Antes aproveitava os conhecimentos da vida civil e pouco capacitava seus integrantes nos conhecimentos necessários à vida militar. Neste sentido, em função da disponibilidade de cavalos, da familiaridade que os rio-grandenses tinham no uso destes animais e do relevo plano da região, a cavalaria tornou-se a principal arma de combate dos exércitos do sul (GUAZZELLI, 1998). Era uma tática de movimentos rápidos e de enfrentamentos diretos, que carecia de cavaleiros habilidosos na condução dos animais e, não menos importante, de homens que viviam dos recursos disponíveis nas áreas de atuação. Nesta acepção, algumas autoridades defendiam que as demais províncias do Império deveriam suprir o Exército de infantes, “prestando unicamente esta província [o Rio Grande do Sul] cavalaria, tropa para a qual propende o gênio de seus habitantes”.⁵ Alguns chegavam mesmo a dizer que “os cavaleiros de outras províncias não são aptos para servirem nesta”. Antes seria necessário reuni-los aos regimentos locais e “dar-lhes cavalos mansos, podendo com a experiência” mandar para a infantaria “os que tivessem negação para a cavalaria”. Em função disto, os rio-grandenses formavam os corpos de cavalaria do Exército, enquanto os militares de outras províncias, mesmo que fossem de cavalaria, tendencialmente, eram tornados infantes. Desconhecedores da lógica dos combates e da forma usual de montar, restavam-lhes marchar a pé com seus fuzis as costas, mesmo que alguns tenham protestado e outros desertado⁶.

³ Em casos extremos, os soldados de uma unidade poderiam receber por meses unicamente carne para se alimentarem (Arquivo Histórico do RS, Autoridades Militares, M. 134, Lages, 22/6/1840, general Labatut ao Presidente da Província (PP) de SC).

⁴ AN, SG, IG¹279, Porto Alegre, 18/7/1841, conde de Rio Pardo ao comandante das operações.

⁵ AN, SG, IG¹173, Porto Alegre, 5/3/1838, Antônio E. de M. e Brito ao MG.

⁶ AN, SG, IG¹279, Rio Pardo, 5/5/1841, conde de Rio Pardo a Felipe N. de Oliveira; AHRs, AM, M. 136, Rio Grande, 30/3/1841, Gaspar F. M. Barreto ao brigadeiro João P. dos S. Barreto.

Neste sentido, depois de 1845, argumentando sobre a construção de fortins na linha de fronteira, o então Conde Caxias escreveu o seguinte:

*“as guerras que infelizmente temos tido de sustentar em vários pontos do Império, tem sobejamente manifestado que os soldados do sul, ou ali aclimatados, são próprios para os trabalhos militares de qualquer parte do País; entretanto, que os do norte, para os trabalhos do sul, precisam ali, em geral, de não curto tirocínio nas carreiras das impossibilidades físicas, provenientes das influências climatéricas das regiões extra-tropicais, com o que muito se recente o serviço das fileiras (...). Portanto, me parece de toda conveniência ser a província do Rio Grande do Sul a parada geral do nosso Exército e a contínua existência dos corpos ali”.*⁷

Sem dúvida este é um depoimento muito significativo. Dá a entender que os sulinos eram os soldados mais capazes do Brasil em função das condições em que viviam. Porém, devemos lembrar que o horizonte de Caxias era o Prata. Dali, e não de outras partes, esperava a ocorrência de novas guerras. Portanto, era natural que um dos comandantes militares mais experientes defendesse a idéia de que o extremo sul fosse a principal base de instrução dos soldados. Afinal, mesmo com todo o conhecimento militar dos rio-grandenses, seria difícil imaginar que os cavalarianos do sul tivessem o mesmo êxito lutando em relevos que dificultassem rápidas manobras em cavalos ou que não dispusessem os mesmos recursos das pradarias, como faziam, por exemplo, os paulistas nas “guerras brasílicas” (PUNTONI, 2002) ou as volantes policiais e os grupos de cangaceiros nos sertões nordestinos (MELLO, 2004).

Seja como for, levando-se em conta que a identidade é relacional, “se distingue por aquilo que ela não é” e vice-versa, podendo ser marcada por símbolos construídos e valorizados socialmente (WOODWARD 2000: 9), a habilidade no uso dos cavalos, o clima e a dieta marcavam as especificidades dos rio-grandense e os diferenciavam dos demais brasileiros. Por outro lado, se estas características não eram comuns aos indivíduos de outras regiões, serviam para que estes construíssem uma identidade de não-sulinos e, portanto, para que se auto-reconhecessem portadores de outras referências que não aquelas. Assim, o contato com as gentes do sul contribuiu para que os outros brasileiros se voltassem para suas características e isto contribuiu para a construção de suas próprias identidades, que não eram aquelas, e a manutenção dos vínculos com suas regiões de origem. Um dos exemplos disto foi o desejo do soldado Felizardo J. Batista “para ir morrer no seu país”, São Paulo⁸.

⁷ AN, SG, IG¹281, Corte, 27/11/1846, Conde de Caxias ao MG.

⁸ AHRS, AM, M. 126, Rio Grande, 24/1/1837, Tenente-coronel Henrique M. de O. Lisboa ao PP RS; requerimento, Rio Grande, 20/1/1837, soldado Felizardo J. Batista.

Não obstante, Caxias também destacou que muitas praças que deixavam o Exército se estabeleciam “nos pontos onde se acharem os corpos, e ainda pela amizade de seus antigos camaradas, preferindo ficar por aqueles lugares, e habituando-se aos usos, e costumes dos moradores da campanha”. Pode-se entender a disposição destes grupos de homens por duas situações. Durante a guerra, aproximar-se da população local poderia significar ligar-se a um padrão de habilidades valorizado naquele contexto, como também o estabelecimento de contatos que amenizariam a existência numa terra estranha. Com a paz, estes vínculos poderiam ser mantidos e resultar na ampliação do horizonte de possibilidades, que poderiam, inclusive, ser melhores do que àquelas das suas regiões de origem. Se aculturar potencializaria estas possibilidades, sem significar, necessariamente, o rompimento com as referências originais (BARTH, 2000). Além disso, como sugere Caxias, depois de tanto tempo juntos, aqueles homens poderiam se sentir mais vinculados aos seus companheiros de farda do que a qualquer outra coisa.

O desejo e a possibilidade destes indivíduos se manterem no Rio Grande do Sul sugerem que não havia impedimentos neste sentido, apesar das evidentes diferenças culturais e das possíveis definições identitárias. Isto indica que também é possível pensarmos que, mesmo com a heterogeneidade, havia traços que aproximavam todos ou que, no mínimo, não havia a preocupação generalizada de negar as similaridades (WOODWARD, 2000). Porém, encontrar o que mantinha a unidade da diversidade dos brasileiros não é uma tarefa fácil. As fontes são mais diretas a respeito das diferenças porque elas tinham de ser equacionadas, o que não era o caso para as similaridades.

Um caminho possível para se evidenciar as afinidades daqueles homens é atentarmos para sua realidade. Inicialmente, pode-se pensar que a unidade foi mantida pelo uso da coerção e da disciplina. Apesar de importante, este aspecto da vida militar parece não ter sido tão relevante. Antes o contrário. É certo que os comandantes tinham uma base legal para punir severamente seus subordinados, como alguns fizeram, mas tudo indica que a negociação caracterizava muito mais as relações entre os integrantes do Exército que qualquer outra coisa. Neste sentido, Hendrik Kraay, estudando a guarnição de Salvador, concluiu que “a facilidade com que os soldados reservavam a si o direito de abandonar o serviço militar” deixava “a corporação com poucas alternativas exceto periodicamente perdoar os desertores” (s/d: 111). A constância das deserções nos exércitos do sul indica que isto era uma característica comum para outras partes do Brasil (RIBEIRO, 2005).

Contudo, ainda que fosse significativo, a negociação não era senão um elemento de algo maior que reunia os efetivos numa coletividade brasileira, o Exército Imperial. Em

situações de incerteza e violência, como a guerra, os indivíduos tendem a se aproximar de algo que lhes dê alguma sensação de segurança (BARTH, 2000). Naquele contexto, lutar a favor da monarquia significava fazer parte de uma coletividade que se auto-protigia contra um inimigo comum. Este esforço conjunto pode ter contribuído para a construção de uma espécie de identidade coletiva entre os imperiais. Nisto, mesmo os que podiam, talvez, melhor se auto-identificar, como os rio-grandenses, tinham de aceitar a colaboração fundamental de outros brasileiros. Os quais, mesmo diferentes, eram seus camaradas, estabelecendo-se, assim, uma relação que a psicanálise chama de *outro-semelhante* (JODELET, 2002). Eram parceiros, um a interface do outro e não por outra razão a chegada de tropas do “norte” causava “suma alegria” aos rio-grandenses.⁹ Desta maneira, de forma mais ou menos inconsciente, contribuíram para a construção de uma identidade coletiva: eram todos brasileiros defendendo o trono imperial, ainda que fossem diferentes.

Referências bibliográficas:

- ALENCASTRO, Luiz F. de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: ____ (org) **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DIAS, Maria O. L. da S. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- GUAZZELLI, César A. B. **O horizonte da província: a República Rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)**. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- HAESBERT, Rogério. *Migração e desterritorialização*. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (orgs.) **Cruzando fronteiras disciplinares**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- HOBBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- KRAAY, Hendrik. **Política racial, estado e forças armadas na Época da independência: Bahia, 1790-1850**. s/d. (prelo).
- JODELET, Denise. *A alteridade como produto e processo psicossocial*. In: ARRUDA, Angela (org). **Representado a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LEITE, Yonne & CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MELLO, Frederico P. de. **Guerreiros do sol**. São Paulo: A Girafa Ed., 2004.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo: Hucitec; USP; FAPESP, 2002.
- RIBEIRO, José I. **Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas Nacionais no RS (1825-1845)**. Santa Maria: UFSM, 2005.
- RIBEIRO, Gladys S. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

⁹ AN, SG, IG¹173, Porto Alegre, 13/9/1838, Antônio E. de M. e Brito ao MG.

- SANTOS, Jocélio. T. dos. *De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX*. In: **Afro-Ásia**, nº 32, 2005.
- SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- VILLALTA, Luiz. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. In: SOUZA, Laura de M. e (org). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tadeu. T. da (org). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.